

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.608.894 - SP (2019/0320804-0)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
AGRAVANTE : VERSÁTIL PROMOCIONAL LTDA
AGRAVANTE : LUIZ ROBERTO GRACIOTTI
AGRAVANTE : GRAC PARTICIPACOES S.A
ADVOGADOS : LUIS ALBERTO DUARTE LUIS - SP368249
MONALISA NUNES RIOS - SP361468
AGRAVADO : LIT PARTICIPACOES LTDA
OUTRO NOME : A7 CAPITAL INTELIGÊNCIA EMPRESARIAL LTDA.
AGRAVADO : SAMUEL GUSTAVO CAVALCANTI
AGRAVADO : ENRICO ZULIAN PANCIOLI
ADVOGADOS : EDUARDO PEIXOTO MENNA BARRETO DE MORAES -
SP275372
IAGO DO COUTO NERY - SP274076
GABRIELA DOS SANTOS CASTILHO - SP384801

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado:

APELAÇÃO. AÇÃO MONITÓRIA. NOTA PROMISSÓRIA. INTERESSE DE AGIR CONFIGURADO. O fato que impôs o ingresso em juízo veio descrito em boa forma, minudente e inequívoca, clara e precisa, evidenciando-se a viabilidade, assim como as condições da ação. A reunião dos documentos juntados pelos Apelados, a saber: a) contrato de Fomento Mercantil (entre o cedente e os devedores) de fls.8/18; b) extrato de (1.19, demonstrando quais títulos foram escolhidos e endossados à faturizadora; e, finalmente c) comprovante de emissão da comunicação da cessão de fl.20/21 (assinada pela cedente), aos Apelados (trato, a seu tempo, a respeito das consequências dela e se foi, de fato, recebida), dão condições suficientes ao manejo da monitoria, porque representam provas escritas idôneas à escolha do procedimento. - LEGITIMIDADE PASSIVA. Nota-se a inegável pertinência subjetiva dos Apelados, porquanto figuraram, a Versátil Promocional Ltda. como devedora principal ou faturizada do contrato cedido, a Grac Participações S/A e Luiz Roberto Gractolti, como fiadores da sociedade empresária devedora principal (fls.08/15). CESSÃO DE CRÉDITO VALIDADE AUSÊNCIA DE PROVA DA QUITAÇÃO. Os Apelantes firmaram '*Contrato de Fomento Mercantil n. 28I*' e a devedora principal, ainda. '*Instrumento*

Particular de Contrato de Prestação de Serviços n.º. 281' com a sociedade empresária '*Probanco Fomento Mercantil*' (fls. 08/15 e 16/18), que por sua vez transmitiu o seu crédito para os Apelados, pela via da cessão de crédito. As partes, no âmbito de suas autonomias privadas não firmaram cláusula proibitiva de cessão de crédito, mas, sim, de cessão de suas posições contratuais. A falta de notificação, contudo, não exime a cedida Versátil Promocional Ltda., da obrigação de pagar, tampouco muda a sorte da obrigação acessória dos fiadores. Exigindo os cessionários o pagamento, e não provando aquela o adimplemento ao cedente ou exceção pessoal que fulmine a dívida, não lhe aproveita a irregularidade da falta de notificação, sendo de rigor o acolhimento do pedido, já que aos devedores competia prova segura da inexistência das transações emolduradas no documento de fl. 19 ou do pagamento da dívida. - ART. 252, DO REGIMENTO INTERNO DO E. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO. Em consonância com o princípio constitucional da razoável duração do processo, previsto no art. 5º, inc. LXXVIII, da Carta da República, é de rigor a ratificação dos fundamentos da r. sentença recorrida. Precedentes deste Tribunal de Justiça e do Superior Tribunal de Justiça. - SENTENÇA MANTIDA RECURSO IMPROVIDO.

Opostos embargos de declaração, esses foram rejeitados na origem.

Nas razões de recurso especial, apontam os agravantes violação dos artigos 700 do Código de Processo Civil e 290 do Código Civil. Sustentam que o interesse de agir não foi demonstrado pelo autor da monitória, haja vista a ausência de aceite dos devedores na aventada cessão de crédito, bem como a petição inicial não foi acompanhada da planilha de cálculo comprobatório do valor inadimplido.

Alegam que "*não restando evidente a prova da notificação válida, tão pouco da anuência da Recorrente quanto à cessão realizada, pelo que, repita-se, imperiosa a extinção do feito*" (fl. 180, e-STJ).

Presentes os pressupostos de admissibilidade e ultrapassado o limite do conhecimento do presente agravo, verifico que esse não merece provimento, senão vejamos.

No que se refere à aventada ausência de interesse de agir, reproduzo os fundamentos que a Câmara revisora adotou para dirimir a controvérsia (fl. 147, e-STJ):

O fato que impôs o ingresso em juízo veio descrito em boa forma,

minudente e inequívoca, clara e precisa, evidenciando-se a viabilidade, assim como as condições da ação. A reunião dos documentos juntados pelos Apelados, a saber: a) contrato de Fomento Mercantil (entre o cedente e os devedores) de fls.8/18; b) extrato de (1.19, demonstrando quais títulos foram escolhidos e endossados à faturizadora; e, finalmente c) comprovante de emissão da comunicação da cessão de fl.20/21 (assinada pela cedente), aos Apelados (trato, a seu tempo, a respeito das conseqüências dela e se foi, de fato, recebida), dão condições suficientes ao manejo da monitoria, porque representam provas escritas idôneas à escolha do procedimento.

Destaco que a alteração dessas premissas firmadas pela Corte estadual esbarraria na vedação de reexame do conjunto fático-probatório em recurso especial, em virtude do óbice da Súmula 7 desta Corte.

Confira-se:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO CONDENATÓRIA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE CONHECEU DO AGRAVO PARA NEGAR PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA RECURSAL DOS DEMANDADOS.

1. O Tribunal de origem, com base no conjunto fático e probatório dos autos, concluiu pelo interesse de agir da parte autora e pela configuração do ato ilícito, de maneira que a alteração de tais conclusões demanda a incursão nas questões de fato e de prova dos autos, inadmissível por esta via especial, ante o óbice da Súmula 7/STJ.

2.(...)

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1563848/SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, DJe 3/3/2020)

Quanto ao outro ponto, o Tribunal de origem, ao analisar o contrato de crédito objeto da cessão, as circunstâncias fáticas e as provas produzidas nos autos, assim entendeu (fl. 147, e-STJ):

Os Apelantes firmaram '*Contrato de Fomento Mercantil n. 281*' e a devedora principal, ainda. '*Instrumento Particular de Contrato de*

Prestação de Serviços n.º. 281' com a sociedade empresária 'Probanco Fomento Mercantil' (fls. 08/15 e 16/18), que por sua vez transmitiu o seu crédito para os Apelados, pela via da cessão de crédito. As partes, no âmbito de suas autonomias privadas não firmaram cláusula proibitiva de cessão de crédito, mas, sim, de cessão de suas posições contratuais. A falta de notificação, contudo, não exime a cedida Versátil Promocional Ltda., da obrigação de pagar, tampouco muda a sorte da obrigação acessória dos fiadores. Exigindo os cessionários o pagamento, e não provando aquela o adimplemento ao cedente ou exceção pessoal que fulmine a dívida, não lhe aproveita a irregularidade da falta de notificação, sendo de rigor o acolhimento do pedido, já que aos devedores competia prova segura da inexistência das transações emolduradas no documento de fl. 19 ou do pagamento da dívida

Com efeito, considerando a moldura fática delineada pelo Tribunal de origem, verifico que o acórdão recorrido se encontra em harmonia com a jurisprudência pacífica deste Superior Tribunal de Justiça, cuja orientação é de que *"A ausência de notificação do devedor acerca da cessão do crédito (art. 290 do CC/2002) não torna a dívida inexigível, tampouco impede o novo credor de praticar os atos necessários à preservação dos direitos cedidos"* (AgInt no REsp 1438008/RS, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, DJe 12/9/2016). Cito os precedentes:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.
1. ANÁLISE DE DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS. IMPOSSIBILIDADE. COMPETÊNCIA DO STF. 2. INEXISTÊNCIA DE COISA JULGADA. RAZÕES RECURSAIS DEFICIENTES. SÚMULA 284 DO STF. 3. NULIDADE DO FEITO EXECUTIVO. REEXAME DO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. 4. A AUSÊNCIA DE NOTIFICAÇÃO DO DEVEDOR ACERCA DA CESSÃO DE CRÉDITO NÃO TORNA A DÍVIDA INEXIGÍVEL. PRECEDENTES. 5. NULIDADE DA AVALIAÇÃO E DA ADJUDICAÇÃO. ANÁLISE DO SUBSTRATO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. SÚMULA N. 7/STJ. 6. REQUERIMENTO DA PARTE AGRAVADA DE APLICAÇÃO DA MULTA PREVISTA NO § 4º DO ART. 1.021

DO CPC/2015. 7. PEDIDO DE NOVA CONDENAÇÃO AO PAGAMENTO DE HONORÁRIOS RECURSAIS. IMPOSSIBILIDADE.

VERBA JÁ CONTEMPLADA NA DECISÃO MONOCRÁTICA.

8. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

1. (...)

2. (...)

3. (...)

4. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é no sentido de que "a ausência de notificação do devedor acerca da cessão de crédito prevista no art. 290 do Código Civil não torna a dívida inexigível, tampouco impede o novo credor de praticar os atos necessários à preservação dos direitos cedidos" (AgInt no AREsp 943.134/RS, Relatora Ministra Maria Isabel Gallotti, Quarta Turma, julgado em 23/05/2017, DJe 02/06/2017). Súmula n. 83/STJ.

5. (...)

6. (...)

7. (...)

8. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1207909/MS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, DJe 25/10/2018)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA. CESSÃO DE CRÉDITO. ANUÊNCIA DO DEVEDOR. NOTIFICAÇÃO. CONCRETIZAÇÃO. AUSÊNCIA DE PROVA DE PAGAMENTO AO DEVEDOR PRIMITIVO. SÚMULA 7 DO STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. A jurisprudência do STJ é no sentido de que a ausência de notificação do devedor sobre a transferência do crédito não tem o condão de isentá-lo da obrigação, mas tão somente de desobrigar o devedor que tenha prestado a obrigação ao cedente de fazê-la novamente ao cessionário.

2. Inexistindo nos autos prova concreta de quitação do débito ao credor primitivo, bem como a inequívoca ciência da cessão de crédito através da notificação, não há como acolher a tese recursal de ineficácia da cessão realizada. Rever os fundamentos do acórdão estadual demandaria reexame de provas, o que faz atrair o óbice da Súmula 7 do STJ.

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1233425/MT, Rel. Ministro LUIS FELIPE

Superior Tribunal de Justiça

SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJe 15/5/2018)

Anoto que rever as premissas lançadas quanto ao ponto no acórdão atacado esbarraria nos óbices das Súmulas nº 5 e 7 desta Corte Superior.

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, majoro em 10% (dez por cento) a quantia já arbitrada a título de honorários em favor da parte recorrida, observando-se os limites dos §§ 2º e 3º do referido dispositivo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 16 de março de 2020.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora